

## Contexto

### Carlos Marighella (1911-1969): uma vida de militância política

Filho de um imigrante italiano e de uma descendente de escravos, Carlos Marighella nasceu na cidade de Salvador em 5 de dezembro de 1911. Com vinte anos de idade, iniciou o curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia e, no ano seguinte, a militância política no Partido Comunista Brasileiro – PCB, por meio da Juventude Comunista.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), três foram as vezes que sofreu o controle e a repressão da polícia política. Em 1932, foi preso pela primeira vez, por ter escrito um poema crítico dedicado ao interventor do estado da Bahia, Juracy Magalhães. Impedido de continuar os estudos universitários mudou-se, então, para o Rio de Janeiro. Em 1936, foi preso pela segunda vez, sendo torturado pela Polícia Especial de Filinto Müller durante 23 dias. Um ano depois, após a libertação pela “Macedada”, ato de Macedo Soares, Ministro da Justiça de Vargas (anistia concedida devido à iminência das eleições presidenciais previstas para 1938), mudou-se desta vez para São Paulo, onde trabalhou na reorganização do Comitê Regional paulista do PCB, desarticulado pela repressão, e no combate à ditadura Vargas. Com isto, foi novamente preso em 1939, permanecendo seis anos encarcerado em Fernando de Noronha (PE) e na Ilha Grande (RJ). Durante os momentos de prisão e de tortura sofridos, Carlos Marighella se destacou por manter a dignidade e demonstrar resistência diante dos maus tratos.

Em 1945, após o fim do Estado Novo, candidatou-se e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, representando a Bahia por meio do PCB. Em menos de dois anos, proferiu 195 discursos acerca das más condições de vida da população, da presença do capital estrangeiro na economia nacional, das causas operárias, entre outros assuntos. No entanto, a repressão do governo Gaspar Dutra colocou o partido na ilegalidade, cassando o mandato parlamentar de Marighella que, a partir de 1948, passou a atuar novamente na clandestinidade. Participou de várias lutas sociopolíticas na década de 1950, como, por exemplo, a defesa do monopólio estatal do petróleo, a campanha contra o envio de soldados brasileiros para a Coreia e a “Greve dos 300 mil”, em São Paulo. A partir de 1953, visitou a China e a União Soviética, na condição de membro do Comitê Central do PCB, passando a conhecer e estudar as experiências comunistas desses países.

“O início da ruptura de Marighella com a ortodoxia do PCB se manifestou a partir de 1962. Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros ele teceu duras críticas à postura do Partido. O golpe militar de 1964 também é um marco neste distanciamento. A esquerda de modo geral, e o PCB, principalmente, estavam completamente despreparados para a resistência”<sup>1</sup>. Neste contexto, foi preso no Rio de Janeiro em maio de 1964. A ficha de qualificação reproduzida na prancha pertence a esse momento e registra a transferência de Marighella para o DEOPS/SP, em julho. No entanto, devido à

mobilização de seus companheiros, conseguiu o *habeas corpus* que o trouxe de volta à liberdade. A experiência resultou na publicação do livro “Por que resisti à prisão”, no qual afirma a convicção de que a liberdade se defende resistindo contra a ditadura.

Em 1966, Marighella se demitiu da Comissão Executiva do PCB e, no ano seguinte, viajou a Cuba para participar da conferência da Organização Latinoamericana de Solidariedade – OLAS. O rompimento definitivo com o partido ocorreu em 1968, quando Marighella anunciou a criação da Ação Libertadora Nacional – ALN. O nome é uma referência à Aliança Nacional Libertadora – ANL, comandada por Luís Carlos Prestes e responsável pela insurreição de novembro de 1935, revelando o objetivo de realizar ações armadas e resgatar o espírito revolucionário. A ALN realizou, então, as primeiras operações de guerrilha urbana e Carlos Marighella se destacou como uma das mais importantes lideranças da resistência armada à ditadura no país.

Assim, em 1969, era considerado o inimigo número 1 do regime militar e os órgãos de repressão se dedicavam à sua busca e captura. Carlos Marighella morreu no dia 4 de novembro, segundo a versão oficial, “atingido por disparos de arma de fogo ao tentar resistir à voz de prisão dada pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, durante uma operação policial especialmente desencadeada para atraí-lo e capturá-lo”<sup>2</sup>. No entanto, várias evidências atestam que ele foi assassinado pelos policiais do DEOPS/SP, surpreendido numa emboscada na Alameda Casa Branca, em São Paulo. Foi enterrado numa cova rasa no Cemitério de Vila Formosa.

A ALN não encerrou suas atividades após a morte de seu líder, pois Joaquim Câmara Ferreira e outros companheiros deram continuidade à luta. “Carlos Marighella e Carlos Lamarca, de arma em punho, ousaram combater a ditadura. Podemos divergir da postura de ambos. ... Mas não podemos deixar de reconhecer, a bem da verdade, que jogaram tudo, tudo mesmo, pela causa que abraçaram”<sup>3</sup>. Em 1979, os restos mortais de Marighella foram trasladados para a Bahia e sepultados no Cemitério da Quinta dos Lázarus. Projetado por Oscar Niemeyer, seu túmulo contém a seguinte frase: “Não tive tempo para ter medo”. Clara Charf e Carlos Augusto Marighella, companheira e filho do militante, apresentaram um pedido de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro por sua morte, que foi aprovado em 1996 pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

1 COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS [et al]. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1996, pg 58.

2 FILHO, Luís Francisco da Silva Carvalho. *Relatório do processo de Carlos Marighella*. In: TELES, Janaína (Org). *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 2001, pg 318.

3 SIMAS, Mário. *A pátria não é ninguém, são todos*. In: TELES, Janaína (Org). *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 2001, pg 99-100.

\* Outras referências de leituras podem ser encontradas na bibliografia indicada no folheto.

**Ficha de qualificação de Carlos Marighella**

Procedência: Dossiê 30-Z-160

Produção/Autor: Serviço de Identificação – Departamento de Investigações – Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, DEOPS/SP

Data: 3 de julho de 1964

Tamanho original: 21 x 30 cm

Acervo: Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ao perguntar às pessoas sobre documentos, é provável que as respostas envolvam certidão de nascimento, cédula de identidade, recibos de compra e venda, carteira de trabalho etc. Estas respostas expressam tanto o valor comprobatório que os documentos possuem, relacionado à função de prova, quanto a associação geralmente feita com papel e texto, ainda que esta consideração esteja em reformulação, devido à presença da tecnologia digital no mundo em que vivemos.

Entretanto, além do valor de prova objetiva que os documentos históricos possuem, intrínseca à sua natureza, também existe a carga subjetiva ligada às escolhas e intenções relacionadas à sua produção. Por outro lado, é possível ir além do “papel e texto” e considerar como documentos históricos uma diversidade de gêneros (documentação audiovisual, fonográfica, iconográfica etc.) e suportes (filme, fita magnética etc.), permitindo uma compreensão mais abrangente da realidade.

Esta prancha traz a reprodução da ficha de qualificação de Carlos Marighella, produzida no momento de sua prisão efetuada pelo DEOPS/SP, no dia 3 de julho de 1964. Trata-se de um formato padronizado para o registro de informações sucintas acerca do cidadão, utilizada pelo órgão. Durante os anos de funcionamento do DEOPS/SP, essa ficha sofreu uma série de mudanças de denominação e conteúdo, de acordo com a lógica de controle e repressão em vigor. De maneira geral, procurava qualificar as pessoas por meio do nome, filiação, características físicas, profissão, contendo também fotografias de identificação e impressões digitais. A ficha de qualificação fazia parte do conjunto documental que compunha prontuários e dossiês, incluindo ainda relatórios de investigação, panfletos apreendidos, fotografias etc. Neste caso, o carimbo existente indica que pertence ao dossiê 30-Z-160, relacionado ao tema “comunismo”.

Para a análise e reflexão crítica do documento histórico reproduzido, propomos que ele seja entendido como uma construção técnica (registro em determinado suporte e formato) e social (fruto do contexto e das relações de sua época), que possui um discurso específico sobre um determinado aspecto da realidade (carregado de escolhas e intenções). Assim, apresentamos algumas sugestões para esta *Leitura de Documento Histórico* que buscam a percepção tanto de sua forma, quanto de seu conteúdo a partir da observação da imagem reproduzida e de informações complementares, sempre visando alcançar a sua compreensão e interpretação. Essas sugestões podem ser completadas e modificadas, além de ser possível a criação de novos roteiros de leitura. Lembramos que durante esse processo é importante que as colocações, respostas e perguntas dos alunos sejam sempre respeitadas.

Acreditamos ser interessante que esta análise seja acompanhada por uma breve introdução do documento histórico em questão e por um exercício de descrição de seus elementos formais. Lembramos ao professor que o processo de investigação pode ser mais rico se os dados que constam na ficha de qualificação não forem trabalhados antes do processo de *Leitura*. Registradas na lousa ou no caderno para uma retomada posterior, é importante que os alunos percebam as características físicas e a forma de apresentação do documento original, tais como suporte (papel), tamanho original, tecnologia de produção (impressão gráfica), configuração (modelo padronizado), preenchimento (máquina de escrever) etc., de forma a reforçar a noção de sua construção técnica.

Conduza os alunos à análise de conteúdo, por meio da identificação de elementos como a proveniência (organismo responsável pela produção), a origem (por que foi produzido), a função (para que foi produzido), o assunto (sobre o que trata), a data (localização no tempo) etc. A seguir, sugerimos algumas perguntas neste sentido, baseadas na leitura objetiva e no levantamento de hipóteses:

**Há indicações sobre a instituição e o organismo que produziu este documento histórico? Quais?**

**Quais os campos de informação existentes? De que maneira estão organizados?**

**Quem é pessoa identificada?**

**O que podemos conhecer sobre a pessoa identificada a partir das informações registradas?**

**O que pode significar o carimbo? Por quê?**

**Sabendo que esta ficha de qualificação foi produzida pelo DEOPS/SP e a partir do formato padronizado e das informações registradas, o que é possível afirmar sobre a sua finalidade e a sua utilização?**

**Dica!** A exploração desta ficha de qualificação pode ser feita em interdisciplinaridade com o professor de Língua Portuguesa, que poderá contribuir com as análises textuais.

Para adensar a reflexão rumo à interpretação do documento, solicite aos alunos pesquisas sobre o contexto histórico da época (período do regime militar), o funcionamento do DEOPS/SP (o que foi e qual a sua atuação) e a trajetória de Carlos Marighella (quem foi e qual a sua militância política). Procure chamar atenção para algumas informações importantes do documento, como por exemplo: qual era o contexto histórico do país na data da prisão? O que foi a Lei de Segurança Nacional e a quem ela estava voltada? etc. Proponha que apresentem as pesquisas em forma de seminário e aproveite para registrar na lousa os pontos principais levantados. Lembre-se que a proposta de pesquisar deve ter um caráter investigativo, pois estimular o ato da pesquisa é fundamental para formar um aluno curioso e autônomo no desenvolvimento de um pensamento crítico.

A partir da compreensão adquirida através da análise formal e de conteúdo e dos dados contextuais levantados pelas pesquisas, é possível encaminhar a *Leitura* para a interpretação do documento histórico em questão. Neste sentido, sugerimos promover com os alunos um debate voltado para a reflexão e a aproximação de sua realidade atual, por meio de perguntas tais como:

Qual o tipo de controle que a ficha de qualificação produzida pelo DEOPS/SP evidencia? Para quais situações este documento foi produzido? A partir da pesquisa realizada, o que a informação “incurso na Lei de Segurança Nacional” presente no documento pode informar sobre os motivos da prisão de Marighella em 1964? E o que essa Lei pode informar sobre a repressão exercida pelo regime militar?

Durante as pesquisas, vocês conheceram a história de outros militantes políticos contemporâneos a Marighella? Falem sobre a atuação deles no contexto de resistência contra o regime militar.

A partir da experiência de vida de Marighella e de outros, o que vocês entendem por ações de resistência? Por quê?

Quais ações de resistência vocês acreditam ser necessárias realizar em seu cotidiano hoje em dia? Por quê?

**ATIVIDADE EDUCATIVA****Expressão e identificação**

Além de líder político da resistência, Carlos Marighella também foi poeta e intelectual. Dentre a sua produção literária, selecionamos o seguinte poema:

**Rondó da Liberdade**

É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.  
Há os que têm vocação para escravo,  
mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão.  
Não ficar de joelhos,  
que não é racional renunciar a ser livre.  
Mesmo os escravos por vocação  
devem ser obrigados a ser livres,  
quando as algemas forem quebradas.  
É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.  
O homem deve ser livre...  
O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo,  
e pode mesmo existir até quando não se é livre.  
E no entanto ele é em si mesmo  
a expressão mais elevada do que houver de mais livre  
em todas as gamas do humano sentimento.  
É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.

Após a primeira leitura, converse com os alunos a respeito do seu contexto de produção. Entre o final de 1964 e o início de 1965, Marighella compôs a sonata “Os lírios já não crescem em nossos campos” para participar do concurso de poesia do jornal O Globo. Esta sonata é formada por escritos anteriores (inclusive dos períodos de prisão) e novos, dentre os quais o poema “Rondó da Liberdade”.

**Dica!** Convide o professor de Língua Portuguesa para enriquecer o trabalho realizado com o poema escrito por Carlos Marighella.

Um dos caminhos escolhidos por Carlos Marighella para expressar sua ideologia política foi a literatura. Além de discutir com os alunos a noção de que as manifestações culturais podem ser entendidas como uma forma de discurso capaz de expressar ideias, sentimentos, sonhos, angústias e reivindicações, também é válido conversar sobre as formas pelas quais eles mesmos se expressam e se manifestam, aproximando este assunto do universo deles.

**Dica!** É possível aprofundar a percepção das manifestações culturais como veículo de discurso ideológico, por meio da análise de outras produções culturais da época, tal como a letra da música “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré, que ganhou o segundo lugar do festival de música popular de 1968, porém pouco tempo depois teve sua reprodução proibida. É possível, ainda, atualizar as comparações trazendo para análise músicas e letras contemporâneas que os alunos julguem tratar-se de expressões de resistência.

Proponha, então, aos alunos a criação de uma expressão particular (poema, redação, música, encenação, desenho, pintura, fotografia etc.) a partir do fragmento de “Rondó da Liberdade”:

É preciso não ter medo,  
é preciso ter a coragem de dizer.

Você pode promover uma apresentação de cada produção expressiva dos alunos para toda a classe! Após essa etapa, peça aos alunos para apresentar suas produções ao lado de seus documentos pessoais de identificação (cédula de identidade, certidão de nascimento, carteirinha de estudante etc.). Promova a reflexão a respeito dos graus de reconhecimento conferidos por eles em relação aos documentos e às suas produções, encaminhando o diálogo a partir de perguntas como:

**Você se sente melhor identificado por meio do documento ou da produção expressiva? Por quê?**

**Qual deles é mais verdadeiro em termos de garantir a percepção de sua individualidade?**

**Qual deles é mais preciso em termos de garantir a percepção de sua aparência física?**

**Quais campos de informação você acrescentaria e quais retiraria do documento? Por quê?**

Lembramos que é fundamental respeitar a individualidade e as escolhas dos alunos, pois pode acontecer de alguns deles optarem por não realizar as apresentações para toda a sala.

\* Este texto procurou se adequar ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor.